



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O SENTIDO DA LIBERDADE PARA MULHERES NEGRAS: DISCUSSÃO NECESSÁRIA.

Maria Simone Euclides
Mestranda em Extensão Rural – bolsista CAPES
Universidade Federal de Viçosa – UFV
maria.euclides@ufv.br

Ana Louise de Carvalho Fiúza
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa – UFV - Brasil
louisefiuza@ufv.br

Neide Maria de Almeida Pinto
Professora Doutora do Departamento de Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa- UFV- Brasil
nalmeida@ufv.br

Sheila Maria Doula
Professora Doutora do Departamento de Economia Rural
Universidade Federal de Viçosa- UFV- Brasil
sheila@ufv.br

RESUMO

Discussões sobre racismo e sexismo são temas frequentes nos debates e pesquisas que buscam compreender os pilares nos quais as desigualdades sociais estão sustentadas. Pesquisas já realizadas sobre as questões de gênero, demonstraram a existência de hierarquias naturalizadas por símbolos e códigos culturais nos quais as mulheres se encontram em situações inferiores aos homens. Ao mesmo tempo em que as desigualdades de gênero marcam as relações entre homens e mulheres, estudos que contemplam as relações raciais no Brasil destacam que há, também, hierarquias e assimetrias entre negros e brancos. No entanto, ainda que as dicotomias, homem vs mulher, negro vs branco, sejam marcadas por relações desiguais, quando raça e gênero se entrecruzam, mulheres negras compartilham graus de desigualdades ainda maiores. Historicamente, estão sujeitas a uma dupla discriminação relacionada ao sexo e a raça. Considerando a interlocução entre as questões de gênero e raça,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

este artigo estabelece uma breve reflexão sobre a idéia de liberdade e igualdade para mulheres negras tendo como ponto de partida as discussões das feministas negras norte americanas e brasileiras. Buscou compreender a situação de mulheres negras na atualidade, o papel da militância de feministas negras destacando ainda, a importância desses movimentos e os possíveis caminhos para a construção da igualdade. Para tanto, foi feita uma revisão teórica sobre as questões de raça e gênero e a militância de feministas negras, junto ao banco de dados da CAPES e sites de movimentos de mulheres negras. A partir do levantamento realizado, percebeu-se que o referido movimento foi e tem sido de fundamental importância para inclusão de novos aportes teóricos para as questões de gênero e raça, bem como dar maior visibilidade à situação de mulheres negras até então esquecidas da historiografia oficial. Além dessas considerações, de forma a contribuir na busca da equidade tanto de gênero quanto de raça, consideramos que a igualdade precisa ser rediscutida pela perspectiva relacional, ou seja, a condição da mulher negra só vai ser de fato alterada quando a condição de homens e mulheres também começar a ser analisada e reinterpretada. Enquanto focarmos as discussões sob perspectiva dicotômica, não apreenderemos as múltiplas negociações que marcam as interações dos indivíduos e conseqüentemente, perderemos a oportunidade de identificar possíveis caminhos para a mudança.

PALAVRAS - CHAVES: raça, gênero, desigualdades, liberdade.

1. INTRODUÇÃO

Falar em liberdade é falar em ser dono de si e de tal modo ser capaz de mudar de uma situação a outra; como pode também está relacionada à possibilidade de escolher os caminhos os quais julgue serem os mais coerentes. Quando se pensa em liberdade para as minorias étnicas raciais, por exemplo, parte-se do pressuposto de que essas minorias estão ou foram privadas de determinadas condições de existência material ou social. A partir daí, liberdade passa a ter um sentido ainda mais amplo podendo ser exatamente o estopim da mudança e amadurecimento de várias questões que ainda não estão bem resolvidas, como por exemplo, o acesso e posse de recursos materiais e simbólicos. Como é sabido e já evidenciado por diversos autores que discutem a questão racial no Brasil, os afro-descendentes trazem como herança do período escravocrata, várias representações e estereótipos que marcam a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

identidade positiva desse grupo étnico. Conseqüentemente este grupo racial encontra limitações com relação ao acesso e a integração nas esferas pública e privadas da sociedade.

Embora tal fato seja observável, quando tais análises se cruzam com as questões de gênero, a condição das mulheres negras ainda é mais crítica. Conforme os estudos realizados sobre a situação da mulher na sociedade, a figura feminina tem sido historicamente subordinada em relação ao homem. Subjugadas na pirâmide social, são as que possuem os menores rendimentos salariais quando comparadas com homens negros e mulheres brancas. Além do recorte econômico, em outras instâncias como, por exemplo, na construção de auto imagem positiva e as relações afetivas, o quesito cor e gênero passam a imperar de tal forma que ser mulher negra implica em uma nova dimensão de desigualdade e pensar em liberdade para esse segmento passa a exigir, novas interpretações e novos posicionamentos. Tendo em vista essas dimensões nos quais a diferença não passa despercebida, a partir dos anos 70, nos Estados Unidos, e nos anos 80, aqui no Brasil, mulheres negras começaram a apresentar críticas ao movimento feminista e ao movimento negro de modo a redefinir e encontrar soluções para as desigualdades que estas enfrentam cotidianamente. Mais do que um movimento, tais debates incluem a criação de novos aportes teóricos para as discussões de gênero e raça.

Considerando esses acontecimentos, esse trabalho buscou estabelecer reflexões sobre o significado da palavra liberdade para as afro-descendentes nos dias atuais, elencando e trazendo questionamentos sobre as principais contribuições das discussões já feitas pelo movimento de mulheres negras bem como as limitações dessa militância no que tange a conquista de ações concretas em prol da equidade. Para tanto, foi feita uma revisão teórica sobre as questões de raça e gênero e feminismo negro.

2. 1888 - Eis que a liberdade tão sonhada chegou... e agora?

Na maioria das vezes a literatura quando trata da abolição da escravatura, a aborda como um marco histórico tendo como única representação a assinatura da lei Áurea pela princesa Isabel em 1888. A história que tem sido contada e recontada insiste em fixar apenas esse fato como “histórico”, e pouco tem mostrado sobre o contexto e os reais interesses econômicos que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

vagavam com relação à libertação dos escravos. Dessa forma, não houve na época uma problematização da integração dos libertos junto à sociedade de classes, bem como do cenário econômico que o país vivenciava. É como se só houvesse apenas um lado da história, e, portanto, a única e verdadeira, tornando-se vazias e invisíveis inúmeras situações de contradições e resistência dos próprios negros. Além da invisibilidade, o que também imperou durante a constituição da nação brasileira, foi a ideia da democracia racial tão bem difundida por Gilberto Freyre na década de 1930 a 1950. Acreditava-se que não existiam desigualdades raciais ou se existissem seriam amenas e que, portanto, negros e brancos teriam as mesmas oportunidades de ascensão social. Dessa forma, as dificuldades de integração não estariam fundadas nas diferenças étnicas raciais, mas exclusivamente nas distinções entre classes (OSÓRIO, 2004). Tais ideias faziam parte de um consenso político em favor de uma integração nacional e desenvolvimento do país (SOUZA, 2006). Tal pensamento perdurou até meados da década de 1950, quando sob solicitação da UNESCO pesquisadores como Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso dentre outros, trouxeram um novo retrato sobre a situação de negros após a abolição (MAIO *et. al.*, 1996).

Segundo Fernandes (1972), no momento após a abolição da escravidão, os negros outrora escravos, não possuíam habilidades para viverem na condição de sujeito, principalmente com relação à ocupação no trabalho e na sociedade de classes. Ao se sentir livre, (os negros), queriam ser literalmente tratados como homens, ou seja, como alguém que é senhor de seu nariz. Tais disposições redundaram em desajustamentos fatais para o negro e o mulato, principalmente com relação às oportunidades de trabalho e aquisição de renda. Dentre esses desajustamentos, as relações entre os empregadores brancos que se irritaram sobremaneira com as atitudes e os comportamentos dos escravos.

Além disso, o trabalho passou a ter um novo significado: ao invés de ser visto como uma inserção e até ascensão social passou a ser representado por um olhar carregado de lembranças ruins e negativas do que significou a escravidão (FERNANDES, 1972). Por questões práticas e interesses também econômicos, gradativamente a antiga mão de obra foi substituída pelos imigrantes (MAIO *et. al.*, 1996).

Para IANINI (1966), o próprio sentido da abolição foi senão uma ocasião oportuna aliada ao projeto de desenvolvimento que o país enfrentava. Durante a ascensão do capitalismo por



meio dos primeiros indícios de industrialização nos países no século XIX, a escravatura passou a representar um obstáculo a modernização; pois a nova ordem social precisaria de mão de obra baseada no trabalhador livre. Porém, ao passo que o antigo escravo tornara-se outrora livre mais ninguém permanecia das mudanças que o país vivenciava. Mesmo nas regiões no qual aceleradamente tiveram um avanço com relação ao sistema de produção capitalista, como por exemplo, o estado de São Paulo, não absorveu a mão de obra dos negros, demonstrando a existência de barreiras raciais na mobilidade dos mesmos (FERDANDES, 1972; OSÓRIO, 2004). Dessa forma, a integração dos negros não veio a acontecer de fato e a vaga ideia de liberdade a partir daquele momento passou a se apresentar um tanto quanto abstrata dada a emergência de situações bastante conflituosas para os libertos, distanciando assim do verdadeiro significado que tal palavra poderia ter tido.

Por detrás dessa cortina, há de se considerar que mudanças vêm sendo implementadas de forma a equipar negros e brancos nas esferas públicas e privadas da sociedade como, por exemplo, por meio das políticas de ações afirmativas¹ dentre elas as cotas raciais. Considerando que tais políticas permitem acesso e oportunidades às minorias, é válido destacar que a equidade passa a se tornar mais real dada as antigas condições de existência. Por outro lado, ainda que essas medidas de cunho global sejam relevantes, não se pode deixar de falar do racismo que não está descrito, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho, mas que permanece nos discursos não ditos, no decorrer do cotidiano ou no nível simbólico, nas micro relações e que conseqüentemente interferem na construção da auto imagem e na formação de identidades positivas. Conforme salienta Goffman (1980) os “estigmatizados” passariam então a incorporar e representarem as marcas simbólicas que são produzidas a respeito deles de a se caracterizarem como vitimados.

Tomando por foco de análise mulheres negras, infelizmente as desigualdades, não se restringem apenas à esfera econômica, mas se fazem presente em meio a discursos diversos nos quais a representação da negritude se dá por meio de símbolos e signos que depreciam sua identidade enquanto mulher e negra. Dentre alguns exemplos, tem-se a negação quando se imagina um padrão de beleza onde os traços de mulher branca parecem homogeneizar e

¹ Ações afirmativas se referem a um conjunto de ações e políticas públicas voltadas para inserção das minorias junto ao Ensino Superior, profissionalizante e mercado de trabalho (FONSECA, 2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

tornar-se o único “padrão” de beleza existente; ou ainda, das heranças deixadas pela escravidão se antes essas se encontravam dentro das casas grandes atuando como mães pretas, cozinheiras ou ama de leite, nos dias atuais as posições onde mais facilmente as encontram se referem justamente a de empregadas domésticas ou babás.

2.2. Mulheres negras na busca da liberdade? Mas qual liberdade?

Conforme já citado anteriormente, ainda que as desigualdades oriundas da diferenças raciais existam, quando tais assimetrias são analisadas a luz das desigualdades de gênero, evidencia-se uma dupla discriminação das mulheres negras tanto em relação ao racismo quanto em relação ao sexismo. Sendo o racismo um fenômeno ideológico, sua dinâmica é revitalizada e mantida com a evolução das sociedades, por meio de representações e manifestações ideológicas. Como na construção das hierarquias de gênero confundida sempre com a imposição de uma parte sobre a outra (homem/ mulher); o racismo é, pois, o resultado de uma cultura dita hegemônica (a dos brancos), exercendo uma dominação simbólica, sobre os demais (negros). Raça, assim como diferenças sexuais, se torna, pois uma construção social e ideológica que fundamenta e legitima lugares e papéis na sociedade.

Conforme afirma Oliveira et al. (2009), o racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira, são veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas. Dessa forma, as questões étnicas raciais, ainda é permeada por um passado que reflete as relações conflituosas entre brancos e negros de forma e que se materializa perante a reprodução de símbolos que reificam o racismo e a própria negação da identidade negra.

De forma bastante similar, as desigualdades de gênero se fazem presentes e são legitimadas por discursos das mais diversas esferas com os mais diversos interesses, principalmente o de estabelecer uma ordem social a partir da naturalização das hierarquias entre homens e mulheres. Conseqüentemente, as identidades de gênero e de raça se constroem e reconstroem cotidianamente através dos discursos ditos e não ditos inseridas em relações de poder que não estão fora, mas que fazem parte e circulam por meio dos símbolos e códigos presentes na



sociedade (FOUCAULT, 2007). Perpetuam dessa forma nos mais variados discursos, tanto nas relações macro (meios de comunicação, principalmente), quanto nas relações micro (conversas informais, por exemplo).

Sobre as questões de gênero, conforme já evidenciado por diversas pesquisas que tratam do assunto, a situação da mulher foi fortemente influenciada desde o patriarcado pela subordinação em relação ao homem. Essa situação vem se perpetuando desde então até os dias atuais inserindo na condição feminina, papéis e lugares legitimados pela sua condição social de “ser mulher” e pode ser exemplificada por vários autores dentre eles Bourdieu.

Bourdieu (1995) analisando as relações entre mulheres e homens na sociedade Cabília² evidenciou como a dominação masculina se legitima a partir da socialização do *habitus* no qual tem-se determinado lugares e papéis específicos cada um dos sexos- masculino e feminino- de forma hierárquica e vertical onde o sujeito feminino encontra-se em relação de dominação ao sujeito masculino. Ainda de acordo com Bourdieu (1995), se esta divisão (de gênero), parece estar na “ordem das coisas” é porque está presente em estado objetivado, no mundo social e, também, em estado incorporado no *habitus*, onde ele funciona como um princípio universal de visão e divisão, em um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação. Isto, de certa forma, legitima a divisão socialmente construída entre os sexos como natural, evidente e inelutável, sendo transmitida através de todo um aparato legítimo de poder na qual são naturalizados e inquestionáveis os papéis masculinos e femininos.

Na maioria das vezes as assimetrias entre mulheres e homens se fazem presente não só nas desigualdades de acesso de mulheres junto ao mercado de trabalho como também por questões complexas como assédio moral e agressão física. A partir dos debates travados pelo movimento feminista, essas discussões deixaram de ser vistas como naturais e começaram a ser problematizadas. O movimento feminista pode ser considerado assim, o início dos debates que começaram a dar visibilidade a situação desigual que mulheres vivenciavam, sendo que o direito ao voto, e a própria inserção feminina no mercado de trabalho, foram resultados das conquistas alcançadas por esse movimento. Todavia, sem deixar de considerar a relevância

² Sociedade do norte da África, que Bourdieu (2003) apontou para as diferenças sexuais existentes, que configuram atributos sexuais através do simbolismo masculino x feminino.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desse movimento em prol da equidade entre mulheres e homens, fato é que tal movimento cometeu o erro de não ser democrático o suficiente para representar as mulheres em suas particularidades. De acordo com Butler (2008), não se pode considerar mulher no singular, assim como não se pode considerar masculinidade apenas. Sobre essas categorias, incidem tantas outras que se inter-relacionam, pluralizando as desigualdades.

Seguindo na mesma reflexão, Huijd, (2007), admite que ainda que mulheres formem um grupo, este não pode ser analisado somente como tal, pois há distintas e diversas formas de ser mulher, com identidades e posições sociais diferentes. Dessa forma, não se pode pensar em mulheres como algo abstrato ou unívoco dado a existência de mulheres concretas, inseridas em classes e grupos étnicos e raciais, socialmente, historicamente e culturalmente determinadas.

Nesse sentido, há um contra movimento e a militância de mulheres negras vem trazendo novos questionamentos mostrando que a diferença de cor não passa despercebida entre elas. É por essa abordagem que se encontram as reflexões e discussões das feministas negras e trabalhos sobre mulheres negras. Os primeiros debates iniciaram-se com as feministas negras norte - americanas ou mulheres de cor no final dos anos 70 e início dos anos 80, época também conhecida também por *second wave* (*segunda onda*) (CALDWELL, 2010).

As principais críticas estabelecidas por essas junto aos movimentos feministas e o próprio movimento negro, se referem a não representatividade junto aos anseios e lutas desenvolvidas em ambos os movimentos (AZEREDO, (1994); RIBEIRO (1995), CALDWELL (2000); CARNEIRO, (2003); MENEGHEL et al. (2005), WERNECK (2010). Ou seja, ainda que as desigualdades de gênero existam, a dimensão da diferença (racial), estabelece uma dupla discriminação das mulheres negras junto à sociedade. De acordo com Ribeiro (2004), no movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo, as diferenças raciais, étnicas, de condições sociais, de orientação sexual, de geração ou culturais) e de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos vieram a reforçar a imagem feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Conforme destacou uma das principais feministas brasileiras Sueli Carneiro,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, p. 2, 2001).

E ainda, segundo Lélia Gonzáles apud Kia Caldwell (2010), o movimento feminista foi caracterizado e definido por anseios de uma mulher branca de classe média, ou seja, não cabiam os interesses de mulheres negras, indígenas e pobres. Se uma das conquistas foi à maior participação feminina nos espaços públicos como, por exemplo, na saída para trabalhar fora de casa, foram as mulheres negras que ficaram como babás ou empregadas domésticas. Já no movimento negro as críticas partem das generalizações atribuídas aos sexos, e acabam por representar anseios de uma sociedade machista.

Aqui no Brasil, tais discussões vieram à tona a partir dos anos 80 com as obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima Oliveira (Caldwell, 2010). Em 1988 as mulheres negras deram o impulso para a construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional, visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero, o que expressou por intermédio da realização de três Encontros Nacionais de Mulheres Negras (EMN- 1988, 1991 e 2000). Este processo foi reafirmado em outros espaços, reforçando o entrecruzamento entre gênero e raça: nos Encontros Nacionais Feministas, nos Encontros Nacionais de Entidades Negras, nas mobilizações em razão do Centenário da Abolição da Escravatura (RIBEIRO, 2004).

De acordo com Azeredo (1994), tais debates ainda são bastante tímidos e silenciados se comparados à militância presente nos Estados Unidos. As explicações para a pouca discussão, segundo Barreto (2005), poderia ser a presença ainda do mito da democracia racial, onde de forma sutil o racismo aparece menos latente do que nos Estados Unidos. Outra explicação poderia ser o fato de que as discussões sobre mulheres negras quando são realizadas, partem de iniciativas de militantes ou por pesquisadoras negras que abraçam a causa, como se o problema racial fosse restrito apenas as mulheres negras. E nesse último ponto, há de considerar que e poucas são as pesquisadoras negras que se encontram no ensino superior.

Discutir questões específicas sobre mulheres negras passa a situar portanto um lugar de militância e comprometimento com os problemas alheios bem como na vigilância e cuidado para não cairmos em jargões e falácias.

3. Da visão dicotômica para perspectivas relacionais

Grande parte de estudos sobre minorias apresentam as situações de desigualdades, porém as soluções parecem estar num mundo distante. Um dos motivos é que tais discussões não conseguem identificar as múltiplas formas que o poder pode-se dar e os questionamentos se efetuam considerando apenas um dos ângulos. Dessa forma, as discussões sobre desigualdades se estruturam tendo como foco de análise perspectivas dicotômicas e assimétricas tais como brancos *vs.* negros, homens *vs.* mulheres, pobres *vs.* ricos. Pensar em mudanças considerando tais relações duais parte-se da constatação de que mudando se um dos lados as desigualdades não mais existiriam. E não é exatamente dessa forma que a equidade encontrará terreno sólido para se manter.

Adotando uma visão foucaultiana, seria preciso pensar os indivíduos não como sujeitos passivos, mas que constroem suas relações na sociedade a partir de seus interesses e necessidades. Não haveria, portanto o poder situado em um lugar apenas, mas algo que passa pela individualidade e história da vida cotidiana. Dessa forma, o poder de mudar as situações precisaria ser relativizado e analisado de forma relacional e não por um bloco monolítico. Ao ter em mente tais dimensões, as políticas públicas e as próprias minorias poderiam lançar mão de outros mecanismos para reverter a situação que se encontram, frente ao seu poder de mudar e reconstituir sua história sendo capaz de atribuir novos significados e quebrar as barreiras invisíveis.

4. Considerações Finais

Como já discorrido inicialmente, pensar em liberdade requer pensar nas múltiplas formas de estar preso, alienado ou à margem dos principais avanços e acontecimentos na sociedade. Há, portanto vários nichos que ainda carecem de transformações, dentre eles as opressões de gênero. Todavia, mais do que estar livre é preciso ter a possibilidade de exercer os plenos direitos de competir, fazer escolhas e redefinir o presente, ou desfazer as amarras existentes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A Abolição da Escravatura não representou de fato liberdade no sentido pleno aos negros e negras, e nesse sentido outras abolições ainda precisam ser feitas, não para ficar no papel apenas, mas para recriar individualmente e coletivamente novas ações concretas e realmente humanitárias.

Na sociedade atual há um mito de que tudo está bem e de que não existem diferenças entre os indivíduos. Tais diferenças são naturalizadas e não problematizadas e é justamente no silêncio que ele se revigora, fazendo com que as desigualdades se alimentem cada vez mais em situações corriqueiras nas interações sociais. Tal como salienta Orlandi (1995), o próprio silêncio também é uma forma de discurso e de poder; poder em fixar o que deve ou não ser representado e o que precisa manter invisível e inquestionável.

No que tange a situação das mulheres negras, vale destacar que as feministas negras tiveram um papel bastante rico nas discussões acerca do racismo e sexismo. Como bem evidenciou Carneiro (2003), a ação política das mulheres negras vem promovendo dentre tantas reconstruções, o reconhecimento da falácia de se pensar a mulher como uma categoria universal e global. Além disso, as feministas negras teceram ainda críticas valiosas ao movimento feminista, abrindo espaço para a intercessão de outras categorias até então não levadas em consideração pelas (os) estudiosas (os) de gênero, possibilitando assim a construção de abordagens mais significativas sobre as várias dimensões do racismo e sexismo na sociedade brasileira. Todavia, vale destacar alguns riscos e armadilhas em que a própria militância pode cair. Ao focar a situação de mulheres negras algumas pesquisas tendem a cair no vazio e na pretensiosa dicotomia negro/branco ou dominante/dominado e pouco traz de concreto para que mudanças efetivamente se dêem em ambas as partes, ou ainda na compreensão das múltiplas facetas em que essa dominação se legitima. Isso requer uma nova visão do poder e das relações inter pessoais, também a ponto de identificar como os sujeitos se constituem e quais ideologias sustentam as suas individualidades.

Dessa forma, assumindo que tanto as questões de gênero como de raça não podem ser vistos como dicotômicos e estáticos, mas sim em aspectos relacionais; ou seja, novas pesquisas devem buscar compreender as relações de poder presentes não só entre mulheres brancas e negras como dentre as próprias mulheres negras. Nesse enfoque, é importante que as reflexões sejam feitas de forma a analisar a situação da mulher negra nos dias de hoje com relação ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

contexto em que ela esteja inserida, o que significa mergulhar as análises para compreender como cotidianamente as negociações se efetuam entre as diferentes partes. Dessa forma permitirá evidenciar o que ainda representam amarras ou empecilhos para a busca da equidade. Se existem amarras por onde começar a desconstruí-las? A quem caberia iniciar tais mudanças? Esperar-se-á que as desconstruções se iniciem de algum lugar ou caberia um pouco de ousadia e iniciativa das próprias minorias em relação à construção de uma nova realidade?

Intermináveis ou não, tais discussões quando analisadas sob uma perspectiva de forma a quebrar dicotomias, além de aprofundar os debates sobre racismo e sexismo, poderão evidenciar novas facetas por onde o conflito se estabelece e daí fomentar novas análises e desconstruções das desigualdades. E quem sabe a partir daí um novo sentido para a liberdade, mas dessa vez sem a princesa Isabel, mas por indivíduos realmente comprometidos por um mundo mais justo.

5. REFERENCIAS:

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, nº Especial. p. 203-216. 1994.

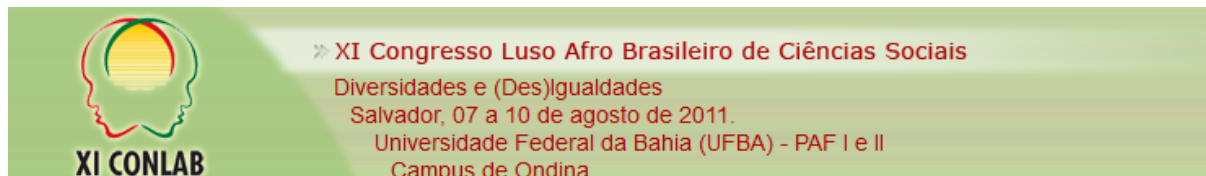
BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 115f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio. 2005. Disponível em: www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310340_05_pretextual.pdf. Acesso em 01/07/2010

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: v.20 (2): 133-184. jul./dez. 1995.

BUTLER, Judite P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da Diferença. **Estudos Feministas**. ano. 80. 2º semestre. 2000. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-035108caldwell.pdf>. Acesso em: 26/06/2010

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização dos Estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da ABPN**. v.1, n. 1 - mar-jun de 2010.



Disponível em: www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/.../21/23. Acesso em: 25/05/2010

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero**. Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto 2001. Anais... Publicado em espanhol na revista LOLA. Disponível em <xa.yimg.com/kq/groups/.../Enegrecer+o+Feminismo+-+Sueli+Carneiro.rtf> Acesso em: 05/08/2010

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados** 17 (49), 2003. p.117- 132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 01/06/2010.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: 6ª ed. Difusão Européia do Livro, 1972.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2007

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava** - Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**- Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada. Brasil: Zahar, 1980

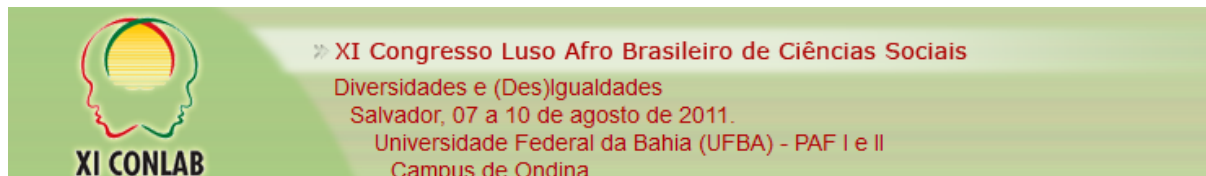
HUIJG, D. D. **Feministas Brancas. . . Tirando a máscara? A expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero**. Dissertação de Mestrado- Universidade de Leiden, Amsterdam, 2007

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 48 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Dez 2005, vol.13, no. 3, p.567-583. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15/06/2010

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200014&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 05 set. 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. IPEA: Brasília, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mobilidade_social_negros_brasileiros.pdf Acesso em: 23/12/2010.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. Estudos Feministas, ano 3, 2º Semestre. p. 446-456. 1995.

RIBEIRO, Matilde. Relações Raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: RAGO, Margareth. (org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Matilde. Relações Raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: RAGO, Margareth. (org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 247 p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Humano; São Paulo: Senac, 2007.

SOUZA, Jessé, (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**. v. 1, n.1- mar-jun. 2010. Disponível em: www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/download/20/22 Acesso em: 07/06/2010.